



Justiça Federal manda prender ex-diretor da Petrobras na “lava jato”

A Justiça Federal do Paraná mandou prender o ex-diretor da área internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada em sua casa, no Rio de Janeiro, na manhã desta quinta-feira (2/7). Ele é suspeito de envolvimento em crimes de corrupção, desvio de verbas públicas, fraude em licitações, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. A prisão é preventiva, sem prazo de duração.

Segundo o Ministério Público Federal, a operação "lava jato", que investiga fraudes na Petrobras, está agora focada no recebimento de vantagens ilícitas pela diretoria da estatal. A nova fase foi apelidada de Mônaco.

Zelada será levado inicialmente para a carceragem da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, e seguirá para a Superintendência da PF em Curitiba (PR), onde permanecerá à disposição da Justiça Federal.

De acordo com o Ministério Público Federal, diversos delatores mencionaram que Zelada recebeu propina. Há indicação também de um relatório de auditoria da Petrobras que menciona a responsabilidade dele pelas irregularidades verificadas na contratação do navio sonda da empresa Vantage. O ex-diretor também é acusado de receber valores ilícitos por este contrato.

O MPF ainda alega que obteve documentação de Mônaco que aponta que Zelada manteve aproximadamente 11 milhões de euros ocultos nesse país, havendo suspeitas de que a totalidade dos recursos é proveniente de propinas recebidas em razão do cargo exercido na Petrobras. Esse valor está bloqueado a pedido dos procuradores da força-tarefa. E os promotores relatam que, depois da deflagração da “lava jato”, Zelada transferiu recursos que estavam ocultos na Suíça para Mônaco com a finalidade de evitar o bloqueio desses valores. Segundo eles, isso demonstraria o propósito dele de continuar a ocultar o produto de seus crimes e dificultar a investigação.

No Rio, policiais federais cumprem quatro mandados de busca e apreensão — três na capital e um em Niterói, no Grande Rio —, além de um mandado de prisão preventiva também na capital, todos ordenados pela Justiça Federal do Paraná. *Com informações da Agência Brasil e da Assessoria de Imprensa do MPF.*